



# PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2020

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE  
NAVEGANTES - FUMAN

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (IN-TC-0020-2015, Art. 9º c/c Art. 14º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes (FUMAN)
CNPJ:	05.052.722/0001-03
Endereço:	Rua Itajaí, N.º 230 - São Domingos/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3185-2015
E-mail:	fuman@navegantes.sc.gov.br
Sítio Eletrônico:	<a href="https://www.navegantes.sc.gov.br/fundacao-municipal-do-meio-ambiente">https://www.navegantes.sc.gov.br/fundacao-municipal-do-meio-ambiente</a>

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Heloisa Cristina Flores
CPF	048.090.609-26
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de maio de 2020 a dezembro de 2020
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 2.299 de 14 de maio de 2020
Ato Exoneração e data	Portaria n.º 3.727 de 14 de dezembro 2020
Endereço Residencial	Rua José Juarez da Costa, 58, Centro, Navegantes, 88370-318
E-mail	heloisa.flores@navegantes.sc.gov.br

Nome	Claudia Angioletti Gabriel
CPF	004.521.939-74
Cargo/Função	Superintendente
Período de gestão	de setembro de 2019 a maio de 2020
Ato Nomeação e data	Portaria n.º 2.427 de 2 de setembro de 2019
Ato Exoneração e data	Portaria n.º 2.125 de 6 de maio de 2020
Endereço Residencial	Rua Sebastião Vicente Coelho, 114, Centro/Navegantes/SC
E-mail	claudia.angioletti@navegantes.sc.gov.br

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, possui os seguintes conselhos vinculados a entidade:

Nome do conselho	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Navegantes (CONDEMA)
Fonte legal:	Lei Ordinária nº 1197 de 06 de junho de 1997
Quantidade de Membros Governamentais	14
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	7
Data da Última Reunião	30/10/2020

Nome do conselho	Conselho Gestor do Parque Natural Municipal de Navegantes (CONGEPAN)
Fonte legal:	Lei Complementar nº 117 de 13 de outubro de 2011
Quantidade de Membros Governamentais	6
Quantidade de Membros da Sociedade Civil	3
Data da Última Reunião	10/12/2020

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes, possui na sua estrutura organizacional:

Título do Cargo	Lei de Criação do Cargo	Quantidade Legal	Quantidade Ocupada
Superintendente	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Assessor Técnico II de Unidade de Conservação	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Assessor Técnico II de Educação Ambiental	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Gerente Administrativo	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Executivo de Projetos Estratégicos I de Licenciamento e Fiscalização	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Procurador Fundacional	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Analista Ambiental - Eng. Ambiental	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Analista Ambiental - Eng. Sanitário	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Analista Ambiental - Eng. Agrimensura	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Analista Ambiental - Eng. Química	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Analista Ambiental - Eng. Agronomia	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Analista Ambiental - Biólogo	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Analista Ambiental - Geologia	Lei Municipal 1461/2001.	1	0
Analista Ambiental - Medicina Veterinária	Lei Municipal 1461/2001.	1	1
Fiscal ambiental	Lei Municipal 1461/2001.	2	1
Técnico de Serviços Complementares	Lei Municipal 1461/2001.	3	0

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

Lei nº 1.461/2001 - Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências

A Fundação Municipal do Meio Ambiente reger-se-á pelas seguintes normas e objetivos:

I - executar a política ambiental do Município de Navegantes no que diz respeito ao Meio Ambiente.

II - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;

III - assessorar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;

IV - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação;

V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

VI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, atuando e aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória;

VII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, dunas, restingas, manguezais, encostas e recursos hídricos, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental;

VIII - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os seus aspectos relativos à formulação, coordenação, execução e fazer executar a Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;

IX - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos;

X - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento das balneabilidades das águas costeiras e interiores;

XI - propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios para colocação de propagandas em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos;

XII - auxiliar na implantação, na coordenação e na operacionalização de hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XIII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município conforme legislação dos órgãos competentes;

XIV - promover campanhas para o tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, afim de que sejam imunes ao corte, por serem consideradas patrimônio histórico natural;

XV - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município;

XVI - estimular a implantação e normatizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;

XVII - definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva do lixo, à reciclagem do lixo seco, à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento;

XVIII - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas;

XIX - executar projetos específicos de coleta seletiva e protegida de pilhas, baterias, carregadores de celulares, lâmpadas fluorescentes, a fim de evitar a contaminação do meio natural e social;

XX - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XXI - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XXII - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XXIII - apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXIV - fiscalizar as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades e punições previstas na legislação ambiental brasileira;

XXV - promover campanhas, eventos, seminários, congressos, oficinas ecológicas, através de iniciativas próprias, tendo a liberdade e autonomia de elaborar projetos, captar recursos financeiros, listar os convidados e gerenciar todas as atividades relativas às promoções que busquem a conscientização pública;

XXVI - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos ligados ao meio ambiente, previstos na Lei Orgânica do Município, bem como aqueles eventuais que necessita de apoio logístico institucional;

XXVII - analisar os projetos hidro sanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Navegantes, emitindo parecer técnico a respeito;

XXVIII - licenciar, por delegação de poderes, mediante convênio com os órgãos integrantes do Sisnama, as atividades consideradas potencialmente poluidoras no âmbito do Município, conforme determinam as resoluções do Conama;

XXIX - analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica, com repercussão ambiental.

Decreto Federal 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Lei Complementar Municipal nº 13/2003 - Institui a política municipal do meio ambiente e dá outras providências.

## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Programa	Título Do Programa	Prev. Inicial	Prev. Atualiz.	Desp Emp.	Desp Liq.	Desp Pagas
1.140	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	52.000	52.000	3.310	3.310	0
2.067	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1.546.000	1.546.000	1.299.507	1.297.179	1.292.943
2.149	Compensação Ambiental	40.000	40.000	0	0	0
<b>Total Geral</b>		1.638.000	1.638.000	1.302.817	1.300.489	1.292.943

Situação metas físicas:

Cód. Ação	Título do Programa	Quantidade Prevista	Produto	Unidade de Medida	Quantidade Executada	% Execução
1140	Investimentos em Ações da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1	Investimento	Ano	Sem respostas	Sem Resp.
2067	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	1	Ano	UN	Sem respostas	Sem Resp.
2149	Compensação Ambiental	1	Ano	UN	Sem respostas	Sem Resp.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Não houve contingenciamento de despesas neste exercício.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos neste exercício.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

a.1) Quadro de pessoal (quantidade):												
Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	10	10	10	10	10	9	9	9	9	9	9	9
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo												
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na UG com vínculo efetivo com o Ente												

Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	3	3
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
<b>Total</b>	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12

a.2) Quadro de pessoal (valores):													
Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Tot
Agentes Públicos Civis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	85.193	82.074	78.310	78.763	79.392	67.095	96.169	67.927	67.007	69.842	67.205	108.630	85.193
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													
Membros ativos de Poder ou órgão													
Agentes Políticos com Mandato Eletivo													
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comis.na UG com vínculo efetivo com o Ente													
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	7.827	8.012	8.056	8.056	15.812	20.983	24.983	20.983	20.983	20.983	20.983	26.582	7.827
Servidores contratados por tempo determinado													
Estagiários													
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras													
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras													
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo													
Servidores cedidos para outras esferas de Governo													
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários													
Conselheiros Tutelares													
Total	93.020	90.086	86.366	86.819	95.204	88.079	121.151	88.911	87.991	90.825	88.188	135.213	93.020



b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 6/2021.

#### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres neste exercício por parte da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes.

#### V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Concorrência	0	0	0	0
Pregão Presencial	82.092,10	113.271,66	61.456,75	<b>256.820,51</b>
Pregão Eletrônico	0	10.150,00	0	<b>10.150,00</b>
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	14.304,69	249.976,98	<b>264.281,67</b>
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	15.600,00	6.923,99	<b>22.523,99</b>
<b>Total</b>	<b>82.092,10</b>	<b>153.326,35</b>	<b>318.357,72</b>	<b>553.776,17</b>

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V-a

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Diário Oficial dos Municípios” CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Portaria 1181 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: João Paulo Garcia Pires e Douglas Lemos
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885 - Sala 102, Canto, Florianópolis/SC CEP 88.070-800
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 178/2019. CONTRATO Nº 391/2019 PMN. Vigência: 01/01/2020 – 31/12/2020

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	Plataforma “Leis Municipais” Liz Serviços Online Ltda
Pessoa de Contato:	Portaria 1180 de 06 de março de 2020. Fiscais de Contrato: Fernanda Hassmann Constâncio e Tatiana de Alencar Carlini
CNPJ:	03.725.725/0001-35
Endereço:	Rua 240, nº 400 Bairro Meia Praia, Itapema/SC CEP 88.220-000
E-mail:	financeiro@leismunicipais.com.br
Telefone:	(47) 3514-5600
Ato legal instituindo a atividade:	Processo: Inexigibilidade nº 174/2019 CONTRATO Nº 389/2019 PMN Vigência: 12 meses. 01/01/2020 – 31/12/2020

c) informações sobre as recomendações expedidas pelo órgão de controle interno e as providências adotadas (ou não) no exercício, demonstrando: recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não consta recomendações expedidas neste exercício para esta unidade gestora.

d) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Nº Seq	Data	Origem	Descrição do Processo	Entidade	Assunto	Nº Rec	Recomendações Emitidas	Status	Manifestação do Órgão
241	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não	Fundação do Meio Ambiente	3.9.Movimentação Financeira	18	Verificar com setor jurídico da Fundação e da Prefeitura sobre as funções e cargos dos servidores lotados na FUMAN, para corrigir possíveis não conformidades	Recomendação Parcialmente Atendida	3Q/20:Foi encaminhado ofício para a Secretaria de Administração solicitando a correção, haja vista, que a Fundação não possui departamento de Recursos Humanos. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
260	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não	Fundação do Meio Ambiente	4.7.2.Divergência na interpretação da fórmula	36	Promover a regulamentação adequada na legislação que estabelece as taxas (Exemplo Não está discriminado ao que se refere a metragem (m²))	Recomendação Parcialmente Atendida	3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
283	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não	Fundação do Meio Ambiente	7.4.Lauda de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017	58	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado no Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017 (Proprietário: Patrícia dos Santos/Requerente: EV Aluguel de Máquinas Ltda ME) que permite o	Recomendação Parcialmente Atendida	5B/19: Alteração ainda não concluída. Aguarda encaminhamento de projeto de lei 3Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período. 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
295	08/05/2018	Auditoria Ordinária	004/2017 - Recursos de Compensação Ambiental, financeiros e não	Fundação do Meio Ambiente	7.4.Lauda de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017	73	Apresentar cópia da LAO (Corretiva) e do ofício mencionado que permite o uso de área de preservação permanente para fins particulares; Laudo de Vistoria (CELESC) - nº 034/2017 - Proprietário: Patrícia	Recomendação Parcialmente Atendida	6B/19: Em análise nesta Fundação 5B/19: Em análise nesta Fundação 3Q/20: Em análise nesta Fundação 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.
490	05/03/2020	Parecer de Verificação	Parecer Nº 002/2020	Fundação do Meio Ambiente	Denúncia Depósito de Lixo Irregular - Secretaria de Gestão e Controle	1	FUMAN: encaminhe à SGC cópia dos documentos com as devidas providências adotadas referente ao possível dano ambiental e licenças concedidas (Depósito de lixo em terreno público onde está o centro	Recomendação Não Atendida	6B/19: Em análise nesta Fundação 5B/19: Em análise nesta Fundação 3Q/20: Em análise para as providências cabíveis 4B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa. 3B/20: Não houve atualização de informações nesta pesquisa 1Q/20: Não houve resposta na pesquisa deste período.

## VI - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes neste exercício para esta entidade celebrados de acordo com Lei nº 9.637/2008 - OSs.

## VII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria neste exercício para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício celebrados de acordo com Lei nº 9.790/1999 - OSCIPs.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2021.

Heloisa Cristina Flores  
Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes